



Congresso de Administração,
Contabilidade, Economia
e Sustentabilidade

NOVO RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE DA IFRS FOUNDATION: Uma análise do posicionamento dos bancos ao redor do mundo

Leonardo José Gonçalves Costa (UFMG)

leocostahh@gmail.com

Samuel de Oliveira Durso (UFMG)

sodurso@gmail.com

Leonardo Augusto Silva Oliveira (UFMG)

leosilvaoliveira@hotmail.com

Jacqueline Veneroso Alves da Cunha (UFMG)

jvacbr@yahoo.com.br

RESUMO

Este estudo investigou o posicionamento dos bancos em relação à proposta da IFRS Foundation para um novo padrão de divulgação de informações socioambientais. O setor bancário realiza um importante papel de alocação de recursos na economia, representando um *player* fundamental no processo de evidenciação corporativa. Com a aplicação da técnica de análise de conteúdo nas 24 cartas-comentários enviadas por instituições bancárias no processo de consulta pública da IFRS Foundation, foi possível concluir que houve uma concordância dos bancos em relação ao processo de padronização dos relatórios de sustentabilidade. Os principais argumentos para isso incluíram o uso de metodologias comuns, redução da fragmentação e geração de informações confiáveis para a tomada de decisões. Os resultados desta pesquisa apresentam relevância para diversos agentes do mercado, na medida em que oferece *insights* sobre o apoio do setor bancário à criação de um padrão global para a divulgação de informações socioambientais.

Palavras-chave: Instituições Financeiras, Padrão de Divulgação, Relatórios de Sustentabilidade, IFRS Foundation.

Patrocínio:



Apoio:



Realização:



1. INTRODUÇÃO

O conceito de sustentabilidade há muito tempo está presente no meio empresarial, sendo definido no relatório Brundtland como o desenvolvimento que atende às necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atingirem as suas próprias demandas (BRUNDTLAND, 1987). Para Oliveira e Oliveira (2020), após esse relatório, surgiram várias definições para desenvolvimento sustentável, sendo que a maioria concorda que ele possui três dimensões inter-relacionadas: econômica, ambiental e social, também conhecidas como *triple bottom line*. A dimensão econômica inclui as atividades operacionais da organização, sejam elas formais ou informais; a dimensão ambiental considera o impacto dessas atividades no meio ambiente; e, por fim, a dimensão social refere-se às características dos seres humanos com os quais a organização se relaciona (Almeida 2002).

Palavecini e Miecowski (2017) destacam que o papel das empresas no âmbito do desenvolvimento sustentável surge a partir do conceito de responsabilidade social. Neste contexto, e aliando o propósito de transparência das organizações à necessidade de responsabilizar-se pelos impactos causados ao meio ambiente, surge a disposição de que as práticas ambientais sejam reportadas pelas entidades e que essas informações possuam uma padronização de forma a contribuir com os processos de tomada de decisão na economia.

De acordo com a International Financial Reporting Standards (IFRS) Foundation, a padronização das divulgações de sustentabilidade para os mercados de capitais tem como objetivo fornecer informações aos investidores para avaliar o valor da empresa (IFRS Foundation, 2020). Ainda de acordo com a entidade, essa padronização promove transparência, melhora a comparabilidade internacional e a qualidade das informações financeiras, auxiliando investidores e outros participantes de mercado a tomar decisões econômicas fundamentadas (IFRS Foundation, 2020).

Neste cenário, o setor bancário, por seu papel de intermediário de capital e pela sua influência sobre a sociedade, pode desempenhar um papel significativo (STALLINGS, 2006). Isso porque a validação ou não do processo de padronização das informações financeiras torna-se dependente da aceitabilidade desses relatórios pelos bancos, que precisam analisar os diversos riscos organizacionais a partir das comunicações organizacionais produzidas pelas entidades no mercado (BRAGA, 2014; GUIMARÃES, 2015).

No Brasil, por exemplo, o Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo a agenda global de sustentabilidade, tem adotado medidas relacionadas ao tema, como as Resoluções CMN Nº 4.943 e CMN Nº 4.945, que tratam da estrutura de gerenciamento de riscos e da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) das entidades (BACEN, 2021a; 2021b). Essas ações estão alinhadas com as diretrizes do Task-Force on Climate-Related Disclosures (TCFD), que define parâmetros para avaliar os impactos das mudanças climáticas nos negócios (BACEN, 2021a).

Nesse contexto, a IFRS Foundation propôs, em 2020, a padronização das divulgações de sustentabilidade para os mercados de capitais, visando melhorar a coerência e a comparabilidade desses relatórios (IFRS Foundation, 2020). A análise do posicionamento dos bancos em relação a essa proposta faz-se necessária para um melhor entendimento da aceitação desta medida pelas entidades bancárias mundiais. Sendo assim, visando preencher essa lacuna, este estudo visou identificar o posicionamento dos bancos em relação à proposta da IFRS Foundation para um novo padrão de divulgação de informações socioambientais.

Acredita-se que a partir deste estudo, pode-se contribuir para um melhor entendimento acadêmico e regulatório sobre a divulgação de informações socioambientais e sua validação pelos *stakeholders*. Além disso, a análise da participação dos bancos no processo de consulta pública conduzida pela IFRS Foundation pode fornecer *insights* sobre o compromisso dessas entidades com a transparência e a responsabilidade socioambiental do mercado como um todo.

Sendo assim, a relevância deste estudo está na sua contribuição para o entendimento do papel dos bancos na promoção do desenvolvimento sustentável e nas consequências desse posicionamento. Além disso, esta pesquisa pode auxiliar órgãos reguladores e normatizadores contábeis na definição de diretrizes para a divulgação de informações socioambientais, incluindo questões como a auditabilidade e a materialidade inerente ao desenvolvimento desses documentos. Entende-se que o tema é atual e relevante, refletindo a crescente importância das questões socioambientais no mundo empresarial e a necessidade de uma abordagem mais padronizada e transparente para relatórios de sustentabilidade.

Adicionalmente, demonstrando a importância da temática, em outubro de 2023, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) divulgou a Resolução N° 193, que obriga as companhias abertas atuantes no Brasil a adotarem o padrão produzido pelo International Sustainability Standards Board (ISSB) na divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade a partir de 2026, sendo facultativo em 2024 e 2025 (CVM, 2023). Nessa perspectiva, todo o mercado financeiro será impactado nos próximos anos pelo modelo de divulgação da IFRS Foundation sobre as informações de sustentabilidade, o que torna os achados da pesquisa relevantes para os diversos públicos envolvidos nesse processo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico, são discutidas questões relacionadas com a Teoria da Divulgação e, adicionalmente, enumeradas algumas pesquisas empíricas anteriores em que foram tratados assuntos atinentes à evidência contábil voluntária.

2.1 Teoria da Divulgação

Segundo Iudícibus (2004), a evidência é fundamental para que a Contabilidade alcance seus objetivos, permitindo que informações relevantes sejam disponibilizadas para os diversos usuários das informações contábeis. Lima (2007) complementa ao enfatizar que tanto as informações reguladas por lei quanto qualquer outra informação útil para a tomada de decisão dos *stakeholders* devem ser incluídas no disclosure de uma empresa.

Yamamoto e Salotti (2006) destacam que diversos fatores externos influenciam as informações divulgadas pelas organizações, como o ambiente em que estão inseridas, as demandas dos usuários e a existência de um mercado de capitais estruturado. A divulgação voluntária de informações socioambientais tem sido objeto de estudo para entender os motivos por trás desse fenômeno, com enfoque em diferentes perspectivas teóricas, como a teoria da agência e a teoria dos *stakeholders*.

Considerando o objetivo desta pesquisa de analisar o posicionamento do setor bancário em relação à proposta da IFRS Foundation de criar um padrão de divulgação das informações socioambientais, a abordagem da teoria da divulgação se mostra mais adequada. Esta teoria busca compreender os motivos por trás da divulgação de informações financeiras, como a influência das divulgações nas ações do mercado e os motivos que levam os gestores a optarem por divulgar certas informações (YAMAMOTO; SALOTTI, 2006).

Considerando o aspecto da divulgação, Verrecchia (2001) propôs três categorias amplas de pesquisa sobre divulgação em contabilidade: (i) divulgação baseada em associação, (ii) divulgação baseada em julgamento e (iii) divulgação baseada em eficiência. Essas categorias visam entender a relação entre divulgação de informações e comportamento do mercado, os motivos por trás da divulgação e quais tipos de informações divulgadas são preferidas e eficientes, respectivamente.

Com a possível criação de um novo *board* pela IFRS Foundation para padronizar as informações socioambientais divulgadas pelas empresas, é provável que a natureza voluntária dessas informações se torne obrigatória ao longo do tempo. Isso implicaria em mudanças

significativas nas categorias propostas pela teoria da divulgação, especialmente na segunda categoria, que passaria a não considerar a divulgação como um processo endógeno (YAMAMOTO; SALOTTI, 2006).

Nessa perspectiva, a padronização e obrigatoriedade de divulgação deverá tornar os relatórios de sustentabilidade aplicáveis a um número maior de setores. Isso pode gerar debates, pois enquanto alguns argumentam que isso oneraria as empresas, outros ressaltam que a obrigatoriedade da divulgação socioambiental pode aumentar a transparência e a veracidade das informações, como destacado por Tóth et al. (2021), que identificaram discrepâncias nos relatórios de sustentabilidade devido à natureza voluntária dessas informações.

2.2 Pesquisas Empíricas Anteriores

Diversas pesquisas que tratam, direta ou indiretamente, sobre a natureza do fenômeno investigado já foram realizadas pela literatura. Nesse sentido, de forma a permitir uma melhor compreensão sobre o tema, realizou-se uma breve descrição dos achados de estudos empíricos anteriores que permitem compreender os fatores associados com a divulgação de informações socioambientais pelas organizações.

Almeida et al. (2016), por exemplo, descreveram as práticas socioambientais de quatro instituições financeiras listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa. Os resultados mostraram que as instituições financeiras seguem as diretrizes dos indicadores do GRI, mas não há uniformidade nos indicadores evidenciados, dificultando a comparação entre elas.

Tóth et al. (2021) investigaram a relação entre sustentabilidade e relatórios financeiros para os maiores fabricantes de automóveis europeus. Utilizando uma análise de conteúdo automatizada por meio de Inteligência Artificial (IA), o estudo descobriu a falta de informações verdadeiras sobre sustentabilidade nos relatórios e possíveis discrepâncias entre os relatórios financeiros e de sustentabilidade.

Carmo e Miguéis (2022) investigaram as razões por trás da elaboração voluntária de relatórios de sustentabilidade, bem como identificaram práticas de divulgação de sustentabilidade em empresas não listadas em bolsa. A pesquisa, realizada por meio de estudo de casos múltiplos com cinco empresas manufatureiras portuguesas, revelou que as principais razões para a elaboração desses relatórios incluem a necessidade de atender a clientes específicos e de se comunicar com outras partes interessadas (comunidades locais e fornecedores, por exemplo).

Soares et al. (2022) investigaram a influência do sistema financeiro da Austrália, Brasil, Canadá e Índia sobre a extensão da divulgação de informações de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) em setores ambientalmente sensíveis. A pesquisa envolveu empresas dos setores de utilidade pública, materiais básicos e operações de petróleo e gás desses países. Utilizando análise de variância (ANOVA) e regressão linear, o estudo encontrou uma relação positiva entre a extensão da divulgação de RSC e as características do sistema financeiro.

Trocz et al. (2022) conduziram uma análise do relato integrado conforme o modelo do International Integrated Reporting Council (IIRC), visando compreender a busca por legitimidade por meio da evidenciação de *disclosure* voluntário relacionado à prática de responsabilidade corporativa sustentável em instituições financeiras. O estudo, de natureza qualitativa e documental, baseou-se nos relatos integrados das instituições financeiras Itaú Unibanco e Bradesco do ano de 2018. Os resultados apontaram que ambas as instituições apresentam semelhanças no processo de divulgação de informações sustentáveis, indo além do exigido por lei. A análise dos relatos integrados indicou que a divulgação de informações voluntárias pode trazer benefícios que contribuem para o sucesso das empresas, além de aumentar sua credibilidade e prestígio.

3. METODOLOGIA

Os dados coletados para a pesquisa foram obtidos das cartas-comentários disponíveis na página da IFRS Foundation na internet. O período de coleta foi de 90 dias, de outubro a dezembro de 2020, para que as empresas pudessem se manifestar. Foram consideradas apenas as respostas em forma de cartas-comentários do setor bancário. Das 577 empresas que responderam, foi selecionado um conjunto de 24 cartas-comentários que atendiam aos critérios estabelecidos para este estudo, representando 4,16% do total das entidades que participaram da consulta pública da IFRS Foundation. Todas as cartas-comentários identificadas foram analisadas nesta pesquisa.

As cartas-comentários foram acessadas a partir da consulta à página da IFRS Foundation (<https://www.ifrs.org/projects/work-plan/general-sustainability-related-disclosures/exposure-draft-and-comment-letters/#view-the-comment-letters>). O filtro foi realizado pelo uso dos termos “bank” e “banco” nos títulos das cartas-comentários. A partir do uso desse filtro, foram disponibilizadas 24 ocorrências, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1: Instituições bancárias que participaram da consulta pública e suas origens

INSTITUIÇÕES	ORIGEM
Adecco Group AG, Banco Santander AS, Bank of America, Royal, Phillips, Unilever, Zurich Insurance Group	Múltipla
American Bankers Association (ABA)	USA
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA)	Espanha
Banco de España	Espanha
Bank of America Corporation	USA
Bank of England	Inglaterra
Banque de France (Bank of France)	França
Canadian Bankers Association (CBA)	Canadá
Commerzbank	Alemanha
De Nederlandsche Bank (DNB)	Países Baixos
Die Deutsche Kreditwirtschaft [The German Banking Industry Committee]	Alemanha
European Association of Co-operative Banks (EACB)	UE
European Banking Federation (EBF)	UE
Fédération Bancaire Française (FBF) (French Bank Federation)	França
General Council for Islamic Banks and Financial Institutions (CIBAFI)	Múltipla
HSBC Bank Pension Trust (UK)	Uk
International Banking Federation	Múltipla
Itaú Unibanco Holding SA	Brasil
Japanese Bankers Association (JBA)	Japão
Norges Bank Investment Management	Noruega
South African Reserve Bank	África Do Sul
The Banking Association South Africa	África Do Sul
Triodos Bank	Países Baixos
World Bank Group	Múltipla

Fonte: Elaborado pelos autores.

No documento intitulado “Documento de Consulta Sobre Relatório de Sustentabilidade”, a IFRS Foundation procurou esclarecer as orientações gerais para as instituições quando elas fossem enviar as suas respostas via cartas-comentários. Dentro desse contexto, foi proposto que as participantes respondessem dez questões formuladas pela IFRS

Foundation, além de oferecer uma questão extra (voluntária) para que as instituições pudessem registrar comentários, caso julgassem necessário.

Após a análise e verificação das respostas sobre as dez questões objetivas e da questão extra, as informações foram tabuladas e analisadas a partir da técnica de análise de conteúdo por meio do suporte do programa Microsoft Excel. A análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam em discursos diversos. Nesse sentido, o referencial a ser usado em uma pesquisa de natureza qualitativa é a presença ou ausência de características de um dado fragmento, tentando entender o que está por trás do significado das palavras (Bardin, 2011).

Assim, foi proposta a criação de três categorias para tratar as dez questões objetivas que foram respondidas pelas vinte e quatro instituições selecionadas: (i) visão positiva, (ii) visão negativa e (iii) sem resposta. Essa classificação foi aplicada a cada uma das questões apresentadas pela IFRS Foundation. A partir dessa estratégia de codificação, foi possível aprofundar na análise das referidas cartas-comentários, a partir da compreensão do posicionamento de cada instituição acerca de questões que são entendidas como fundamentais pela IFRS Foundation. O procedimento de análise permitiu, ainda, a compreensão que das conexões entre diferentes informações, inclusive entre vários riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, na ótica de cada instituição bancária analisada.

4. RESULTADOS

Na Tabela 1 estão apresentados os resultados encontrados após a realização da leitura das cartas-comentários com o enquadramento de cada resposta em uma das categorias que foram criadas.

A IFRS Foundation iniciou sua consulta perguntando se seria necessário estabelecer um conjunto global de normas para relatórios de sustentabilidade reconhecido internacionalmente. As respostas obtidas indicaram que 100% das cartas-comentários analisadas concordam com a necessidade de um padrão global para esses relatórios. Os argumentos principais para essa harmonização incluem a utilização de metodologias comuns, a redução da fragmentação, a geração de informações transparentes, comparáveis, consistentes e confiáveis, além de auxiliar no processo de tomada de decisões.

Como exemplo desse tipo de posicionamento é possível citar a resposta do American Bankers Association (ABA, 2020 p.1) em que a entidade “em geral, concorda que há uma necessidade substancial de padrões de relatórios de sustentabilidade visando centrar-se em informações relevantes, comparáveis, coerentes e úteis para a tomada de decisões”¹.

Na primeira questão, após afirmar a necessidade de um padrão global para os relatórios de sustentabilidade, a IFRS Foundation questionou se ela deveria liderar esse processo. A análise das respostas revelou que 95,83% das instituições apoiam a ideia de que a IFRS Foundation desempenhe esse papel central, dada sua forte ligação com instituições internacionais e sua expertise em padronização, demonstrada por meio do International Accounting Standards Board (IASB), cujos padrões foram adotados em 168 jurisdições globais. A única exceção foi a American Bankers Association (ABA), que expressou preocupação com a complexidade das métricas de risco climático e os desafios de financiamento para estruturar o Sustainability Standards Board (SSB).

As instituições favoráveis à liderança da IFRS Foundation ressaltaram a importância de uma estreita colaboração com organismos globais de normalização não financeira, destacando organizações como Carbon Disclosure Project (CDP), International Integrated Reporting

¹ Tradução livre de: Overall, ABA agrees that there is a substantial need for Sustainability reporting standards that focus on relevant, comparable, consistent, and decision-useful information.

Council (IIRC), Sustainability Accounting Standards Board (SASB), Global Reporting Initiative (GRI), Task Force Climate-related (TCFD), Value Reporting Foundation (VRF), European Financial Reporting Advisory Group (EFRAG) para definir normas e atividades de normatização.

Tabela 1: Análise geral do posicionamento das instituições financeiras

QUESTÃO DA CONSULTA PÚBLICA	VISÃO POSITIVA	VISÃO NEGATIVA	SEM RESPOSTA
1) Existe a necessidade de um conjunto global de padrões de relatórios de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente? (a) Se sim, a IFRS Foundation deve desempenhar um papel na definição desses padrões e expandir suas atividades de estabelecimento de padrões nesta área? (b) Se não, que abordagem deveria ser adotada?	100%	0%	0%
2) O desenvolvimento de um conselho de padrões de sustentabilidade (SSB) para operar sob a estrutura de governança da IFRS Foundation é uma abordagem apropriada para alcançar uma maior consistência e comparabilidade global nos relatórios de sustentabilidade?	83,33%	12,50%	4,17%
3) Você tem algum comentário ou sugestões adicionais sobre os requisitos para o sucesso conforme listados no parágrafo 31 (incluindo sobre os requisitos para alcançar um nível suficiente de financiamento e obter o nível apropriado de expertise técnica)?	100,00%	0%	0%
4) A IFRS Foundation poderia utilizar seus relacionamentos com as partes interessadas para auxiliar na adoção e aplicação consistente dos padrões do SSB globalmente? Em caso afirmativo, sob quais condições?	79,16%	4,17%	16,67%
5) Como a IFRS Foundation poderia melhor aproveitar e colaborar com as iniciativas existentes em relatórios de sustentabilidade para alcançar uma maior consistência global?	95,83%	0%	4,17%
6) Como a IFRS Foundation poderia melhorar e colaborar com as iniciativas jurisdicionais existentes para encontrar uma solução global para relatórios de sustentabilidade consistentes?	87,50%	0%	12,50%
7) Se a IFRS Foundation estabelecesse um SSB, deveria inicialmente desenvolver divulgações financeiras relacionadas ao clima antes de potencialmente ampliar sua competência para outras áreas de relatórios de sustentabilidade?	75,00%	20,83%	4,17%
8) Um SSB deve ter uma definição focada de riscos relacionados ao clima ou considerar fatores ambientais mais amplos?	66,67%	29,16%	4,17%
9) Você concorda com a abordagem proposta para materialidade no parágrafo 50 que poderia ser adotada pelo SSB?	37,50%	41,67%	20,83%
10) A informação de sustentabilidade a ser divulgada deve ser auditável ou estar sujeita a auditoria externa? Se não, que tipos diferentes de assecuração seriam aceitáveis para que as informações divulgadas sejam confiáveis e úteis para tomada de decisões?	41,67%	41,67%	16,66%

Fonte: Elaborada pelos autores.

Os resultados da primeira questão da consulta pública refletem a percepção das instituições bancárias sobre a falta de padronização das informações de sustentabilidade, o que pode indicar uma dificuldade de compreensão e/ou desconfiança pelo mercado, indo ao encontro de pesquisas anteriores (NOSSA, 2002; TÓTH et al., 2021). Nossa (2002) ressalta que a ausência de certas características qualitativas nos relatórios financeiros não confere

credibilidade aos relatórios ambientais aos olhos dos *stakeholders* externos, evidenciando a necessidade de um padrão mais robusto para a divulgação de informações dessa natureza.

No “Documento de Consulta sobre Relatório de Sustentabilidade”, os curadores propõem a criação do Sustainability Standards Board (SSB) pela IFRS Foundation, com o objetivo de desenvolver e manter um conjunto de relatórios de sustentabilidade focados inicialmente nos riscos climáticos, sob a estrutura de governança da própria entidade. Nesse contexto, a segunda pergunta dirigida às instituições questiona se essa abordagem seria apropriada para alcançar maior consistência e comparabilidade nos relatórios globais de sustentabilidade.

A análise das cartas-comentários revelou que 83,33% dos respondentes, ou seja, 20 instituições, consideram a criação do SSB uma abordagem adequada. Um dos argumentos utilizados para sustentar a criação do SSB é a familiaridade e experiência da IFRS Foundation, que foi bem-sucedida e eficaz na obtenção de um conjunto global de relatórios financeiros internacionais.

No entanto, o Bank of England, mostrou-se indiferente não respondendo à pergunta, enquanto outras três instituições da amostra mostraram não estar de acordo com a criação do SSB por entenderem que outro tipo de estrutura deveria coordenar a implementação de Padrões de Sustentabilidade. O Fédération Bancaire Francaise (2020, p. 2-3), por exemplo, afirma que é necessária:

(...) a criação de uma autoridade internacional transversal e multidisciplinar para coordenar esse processo de entendimento entre as partes interessadas públicas – entre as quais governo e autoridades de supervisão, – e as partes interessadas privadas, como investidores e organizações não governamentais envolvidas em relatórios de sustentabilidade².

No contexto da consulta pública, a terceira pergunta indagou sobre comentários ou sugestões acerca dos requisitos considerados necessários para o sucesso, conforme elencados pelos curadores da IFRS Foundation. Em geral, os requisitos foram considerados adequados e suficientes, havendo algumas considerações sobre a necessidade de ampliação das partes interessadas para seguir o mesmo processo de endosso que a Fundação possui: trabalhar em conjunto com órgãos que se dedicam à tarefa de estabelecer estruturas de relatórios, além de obter apoio dos principais órgãos reguladores.

Contudo, algumas instituições, como o European Association of Co-operative Banks (EACB) e o The German Banking Industry Committee, entendem que os relatórios integrados (financeiros e não financeiros) não devem ser obrigatórios, o que suscita a discussão sobre o caráter voluntário ou obrigatório das informações sobre sustentabilidade (CARMO; MIGUÉIS, 2022).

Com efeito, de acordo com a teoria da divulgação (VERRECCHIA, 2001), a não evidenciação de uma informação ruim, por si só, fará o mercado interpretar que a entidade se apresenta em uma situação desfavorável. Assim, é melhor não incorrer com os custos de divulgação de uma informação que o mercado já irá interpretar negativamente, divulgando ou não. Por outro lado, os resultados do trabalho de Trocz et al. (2022) indicaram que a divulgação das informações voluntárias pode trazer benefícios que contribuem para o sucesso das empresas, além de maior credibilidade e prestígio.

² Tradução livre de: We believe that there is a need for a cross-sectoral and multidisciplinary international authority, that would be in capacity to coordinate between the public stakeholders – among which governments and supervisory authorities, - and private stakeholders – such as investors and non-governmental organizations -, involved in sustainability reporting.

A quarta pergunta questionou se a IFRS Foundation poderia utilizar suas relações com as partes interessadas para auxiliar na adoção e aplicação consistente das normas SSB globalmente. Dezenove dos vinte e quatro respondentes concordam que a entidade deve alavancar seu relacionamento com as partes interessadas para se tornar o centro global de especialização em relatórios corporativos.

Quatro instituições foram indiferentes e não mencionaram sobre essa questão em suas cartas-comentários e apenas uma instituição, o Bank of France (2020, p. 3), entendeu que a normatização deve permanecer distinta das atividades de fiscalização, pois, segundo essa instituição:

(...) como parte de suas atividades de padronização das normas, o IASB não possui habilidade suficiente para garantir a implementação consistente dos padrões IFRS. Portanto, deve ser realizada uma consulta explícita dos reguladores do mercado de valores mobiliários sobre a aplicabilidade de IFRS recém-emitidas e o risco de implementação inconsistente. Os resultados dessa pesquisa informariam o pensamento em torno do desenho do SSB³.

É importante destacar que na Parte 4 do “Documento de Consulta sobre Relatório de Sustentabilidade”, em seu item 32, a IFRS Foundation argumenta que algumas partes interessadas expressam preocupação de que a entidade, ao se tornar formuladora de normas na área de sustentabilidade, possa comprometer suas relações com outros organismos de normalização atuantes nesse campo. No entanto, a IFRS Foundation destaca que, quando o Task Force on Climate-Related Disclosures (TCFD) foi criado, o IASB participou da supervisão desse trabalho, emitindo relatórios regulares ao Financial Stability Board (FSB). Além disso, o TCFD é um grupo de trabalho do setor privado sem mandato ou capacidade para definir normas internacionais.

Recentemente, uma declaração conjunta do SASB, GRI, CDSB e CDP propôs colaboração para formar “blocos” de métricas de relatórios globais não financeiros. Nessa declaração, as organizações sugeriram que a IFRS Foundation trabalhe em conjunto com elas. Além disso, destacou-se a necessidade de coordenação internacional para um conjunto acordado de normas de comunicação da sustentabilidade, visto que a normalização internacional contribui para proporcionar condições equitativas às empresas, permitindo a comparabilidade internacional para os investidores.

Quanto à quinta pergunta, que questionou como a IFRS Foundation poderia trabalhar com as iniciativas existentes em relatórios de sustentabilidade para alcançar maior consistência global, as respostas das instituições sugeriram ações diversas, mas todas visando aproveitar as diferentes iniciativas existentes para alcançar a consistência global.

Na sexta pergunta, sobre como a IFRS Foundation poderia melhor trabalhar com a jurisdição existente para encontrar uma solução global para a consistência dos relatórios de sustentabilidade, as empresas favoráveis indicaram que as iniciativas regionais devem ser verificadas e aproveitadas, desde que não sejam conflitantes. O European Banking Federation (EBF), por exemplo, sugeriu que o European Financial Reporting Advisory Group (EFRAG) assuma o papel de normatizador europeu para estabelecer um “projeto de convergência”, caso

³ Tradução livre de: We consider that standard setting should remain distinct from enforcement activities. That said, high quality enforcement is a key factor in order to secure consistency in implementing standards and preserve a level playing field between companies and jurisdictions. In this regard, we believe that as part of its standard setting activities, the IASB does not sufficiently integrate the ability for enforcers to secure the consistent implementation of IFRS standards. We would therefore call for an explicit consultation of security market regulators about the enforceability of newly issued IFRS and the risk of inconsistent implementation. The results of this survey would inform the thinking around the design of the SSB.

as normas satisfaçam as ambições da União Europeia, e esse arranjo de trabalho deve ser estendido para outras regiões.

Na sétima pergunta, sobre se o SSB deve inicialmente desenvolver divulgações financeiras relacionadas ao clima ou ampliar seu campo para outras áreas de relatórios de sustentabilidade, 75% das instituições sugeriram que a entidade deve concentrar-se primeiro no desenvolvimento de padrões de divulgação relacionados à mudança climática, considerando-a uma questão global urgente. No entanto, é também pensamento comum desse grupo que os outros elementos ESG, como satisfação dos clientes e colaboradores, biodiversidade, ética e transparência, segurança da informação, entre outros, devem ser considerados em uma fase posterior. Vale destacar a resposta apresentada pela instituição World Bank Group (2020, p. 6-7), sugerindo que todo esse processo de padronização das informações de sustentabilidade não deve começar do zero e sim aproveitar as referências de normas existentes, pois existem “boas práticas”.

Na questão de número oito, procurou-se saber se o SSB deve ter uma definição focada em riscos relacionados ao clima ou considerar fatores ambientais mais amplos. Mais da metade, isto é, 66,67% das empresas respondentes concordam com a proposta de o SSB, inicialmente, ter uma definição de riscos relacionados ao clima para, posteriormente, ampliar para outras áreas ESG, como, por exemplo, poluição do ar, gestão de energia, água, gestão de materiais perigosos, impactos ecológicos etc.

No entanto, 29,16% das empresas mostraram posição negativa em relação a esta proposta, entendendo que o SSB deveria considerar fatores ambientais mais amplos, como biodiversidade terrestre e marinha, poluição, gestão de resíduos, matérias-primas, impactos das cadeias de suprimentos, investimentos e proteção, entre outros tópicos. Essas mesmas empresas fazem outras propostas como por exemplo o The Bankink Association South Africa (2020, p. 3) que possui a opinião de que:

(...) o SSB deve, como primeiro passo, desenvolver uma definição de sustentabilidade, sendo que o âmbito dessa definição deve englobar sustentabilidade ambiental, sustentabilidade social e governança e deve basear-se nos quadros existentes para garantir que existe um entendimento comum⁴.

No item 50 do “Documento de Consulta sobre Relatório de Sustentabilidade”, é proposto que o SSB adote uma abordagem gradualista em relação à materialidade, evitando uma abordagem de dupla materialidade inicialmente para não aumentar a complexidade da tarefa e a possibilidade de atrasos na adoção das normas. A sugestão é que o SSB concentre seus esforços nas informações de sustentabilidade mais relevantes para os investidores e outros participantes do mercado.

Nesse sentido, a nona pergunta questionou se as empresas concordavam com a proposta de abordagem gradualista. Para essa questão, as respostas foram divididas. 37,50% mostraram-se favoráveis, 41,67% contrários e 20,83% indiferentes. Empresas favoráveis ao processo gradualista argumentaram que uma abordagem de dupla materialidade pode tornar a discussão complexa e demorada, enquanto uma abordagem de materialidade única, focada inicialmente nos investidores e participantes do mercado, seria mais adequada, sendo também adotada no *framework* da TCFD.

Por outro lado, algumas empresas criticaram o uso gradualista da materialidade, argumentando que a simplicidade na aplicação das normas não deve implicar na omissão de riscos óbvios. A dupla materialidade é considerada crucial para uma avaliação completa, como

⁴ Tradução livre de: “We are of the opinion that the SSB should as a first step develop a definition for sustainability. The scope of this definition should encompass environment sustainability, social sustainability, and governance and should draw from existing frameworks to ensure that there is a common understanding”.

defendido pela French Bank Federation (FBF), que sugere que as perspectivas financeiras devem ser complementadas pelos impactos externos das ações da empresa no ambiente, economia e sociedade em geral.

O conceito de dupla materialidade, conforme definido pelo GRI, considera não apenas a perspectiva da organização, mas também a visão dos *stakeholders* na identificação das questões materiais a serem reportadas (GRI, 2023). Esse conceito, proposto pela Comissão Europeia em 2019, estabelece que a materialidade deve ser avaliada tanto pela percepção financeira, considerando seu valor, quanto pelo impacto social e ambiental das atividades da empresa na sociedade (ADAMS et al., 2021).

Embora a dupla materialidade possa ser vista como um conceito mais abrangente, ela também é considerada mais complexa. Ferreira (2019) aponta que a adoção desse conceito pode aumentar as dificuldades na definição das informações relevantes em sustentabilidade, devido à complexidade das normas envolvidas. Por outro lado, Adams et al. (2021) afirmam que ao adotar a dupla materialidade, espera-se que os relatórios de sustentabilidade atendam à função de relevância e utilidade, garantindo que as informações demonstrem adequadamente as questões relevantes tanto para a organização quanto para os usuários das informações.

A décima questão do documento tratava da auditoria das informações sobre sustentabilidade. As empresas foram questionadas se essas informações devem ser auditáveis ou sujeitas a outra forma de asseguuração. As respostas foram divididas, com 41,67% concordando com a proposta de tornar as informações auditáveis, enquanto o mesmo percentual não concordou com essa exigência. Além disso, 16,66% não se manifestaram especificamente sobre essa pergunta.

Os defensores da auditoria argumentam que a auditoria externa é fundamental para a qualidade e confiabilidade dos relatórios de sustentabilidade, sendo um aspecto crucial do processo. Além disso, a auditoria externa é considerada necessária, pois as informações de sustentabilidade são cada vez mais utilizadas pelo mercado, e os participantes esperam que os relatórios sejam auditados, garantindo a credibilidade das informações e evitando possíveis práticas enganosas de *greenwashing*.

No entanto, apesar de reconhecerem a importância da auditoria, muitas dessas empresas também reconheceram que há limitações e dificuldades associadas a essa exigência, como, por exemplo, o potencial aumento dos custos que as empresas teriam que arcar. Por outro lado, embora reconheçam que a garantia é um elemento fundamental do processo, as empresas que responderam negativamente entendem que essa asseguuração pode variar consideravelmente e não necessariamente precisa ocorrer por meio de uma auditoria externa. Nesse contexto, sugere-se que as normas de asseguuração existentes sejam identificadas e mapeadas para fornecer diretrizes.

Por exemplo, o Commerzbank sugeriu em sua resposta que a maioria dos relatórios ESG seja certificada com uma asseguuração limitada, o que seria preferível ao esforço significativo necessário para obter uma garantia razoável. De forma complementar, o Japanese Bankers Association (JBA, 2020, p 4) declarou que:

(...) os relatórios de sustentabilidade não devem ser sujeitos a auditorias ou garantias externas [...] A informação pode estar no âmbito das auditorias ou da garantia externa no futuro, mas não devemos esquecer que o relatório de sustentabilidade é um esforço voluntário, sendo que sujeitar tais normas à auditoria pode contribuir para aumentar os obstáculos na utilização dessas normas⁵.

⁵ Tradução livre de: “The JBA believes that sustainability reporting should not be subject to audits or external assurance... The information could be within the scope of audits or external assurance in the future, but we should

Segundo Boiral et al. (2019), a auditoria é um instrumento fundamental para que a integridade e confiabilidade das informações possam ser asseguradas, o que favorece os usuários externos das informações organizacionais. No entanto, o caráter voluntário e ainda não regulamentado da asseguuração externa na divulgação dos relatórios de sustentabilidade outorga à empresa relatora o controle dos aspectos mais críticos desse processo, como o escopo da auditoria, o nível da garantia aplicado, incluindo, inclusive, qual parte do relatório será conferido, caracterizando-se como um autêntico processo de controle de informações.

Não obstante, no Brasil, a prática evidenciada de controle das informações tende a se reduzir para as companhias de capital aberto, pois o Art. 6º da Resolução 193 da CVM estabelece a obrigatoriedade, a partir do ano de 2026, de que os relatórios de informações financeiras relacionados à sustentabilidade sejam assegurados por auditor independente registrado na CVM, em conformidade com as normas emitidas no país (CVM, 2023).

Com efeito, a IFRS Foundation reconhece que para alcançar práticas de relatórios de sustentabilidade que sejam globalmente consistentes, as informações prestadas pelas empresas, em última análise, devem estar sujeitas à verificação externa. Por outro lado, há também a percepção, por parte da IFRS Foundation, de que existem desafios conceituais e práticos como, por exemplo, a dificuldade de se estabelecer critérios qualitativos como requisitos de divulgação relacionados com as informações socioambientais, além dos desafios conceituais relativos à materialidade (IFRS, 2020).

Por fim, as partes interessadas foram convidadas a expressarem qualquer comentário ou outra questão que fossem considerados relevantes. Das vinte e quatro entidades bancárias que participaram desse estudo, 50% se abstiveram de elaborar algum tipo de comentário. No Quadro 2 encontram-se apresentados os principais pontos ressaltados pelas entidades que participaram do levantamento conduzido pela IFRS Foundation.

Quadro 2: Instituições que fizeram observações na questão extra de número 11

Instituição	Observação
Banco da Espanha	Indica a necessidade de analisar com cuidado os custos a fim de não sobrecarregar as empresas
Commerzbank	Sugere que o SSB deve criar um “menor denominador comum” com foco no clima e no mercado de capitais com conectividade com requisitos nacionais e regionais
General Council For Islamic Banks and Financial Institutions	Entende que a Fundação deve se concentrar na sustentabilidade em vez da sobreposição da abordagem “ESG” da responsabilidade social, pois esta envolve uma gama ainda maior de fatores que são difíceis de avaliar.
World Bank Group	Ressalta que o estabelecimento de um consenso internacional em torno dos relatórios de sustentabilidade pode ter um impacto positivo significativo na condução do capital privado que busca o desenvolvimento sustentável nas economias emergentes, sendo que este quadro deve ser acompanhado de um plano de implementação.

Fonte: Elaborado pelos autores.

5. CONCLUSÕES

O presente estudo teve como objetivo investigar o posicionamento dos bancos em relação à proposta da IFRS Foundation para um novo padrão de divulgação de informações socioambientais. Ao exercer o seu papel de alocação de recursos na economia, o setor bancário representa um agente relevante no processo de normatização de relatórios organizacionais e, portanto, são *stakeholders* fundamentais para o processo de padronização das informações de sustentabilidade. Para atingir o objetivo proposto, foi conduzida uma análise de conteúdo nas 24 cartas-comentários de instituições bancárias que participaram da consulta pública conduzida pela IFRS Foundation.

not forget that the sustainability reporting is a voluntary effort. Accordingly, making such standards subject to auditing and guarantees raises the hurdles in using the standards”.

O resultado da pesquisa revelou que todas as empresas da amostra foram favoráveis à criação de um padrão de divulgação para informações de sustentabilidade. As justificativas apresentadas pelas instituições que apoiaram a proposta enfatizaram a necessidade de utilizar metodologias comuns, reduzir a fragmentação, gerar informações transparentes, comparáveis, consistentes e confiáveis, além de auxiliar no processo de tomada de decisão de investidores e credores do mercado financeiro. Em relação às demais questões abordadas pela IFRS Foundation, a maioria dos bancos concordou com as propostas, exceto nas questões nove e dez.

A proposta de adotar uma abordagem gradualista da materialidade, discutida na nona questão, teve a aprovação de menos da metade dos respondentes participantes da amostra, o que corresponde a 9 entidades das 24 analisadas. Por outro lado, 10 instituições, ou 41,67%, consideraram que a adoção da dupla materialidade era a opção mais adequada. Vale ressaltar que entre as 10 empresas que discordaram 8 eram da região europeia.

O mesmo padrão se repetiu em relação à auditoria externa. Dos 20 respondentes, excluindo os 4 que não se manifestaram, metade foi favorável e metade foi contrária à exigência de garantia externa. Novamente, a participação das instituições europeias foi marcante, com 7 das 13 empresas discordando da necessidade de garantia externa.

Com efeito, identificar a posição das instituições financeiras em relação ao contexto apresentado é de suma importância para a sociedade atual, pois o setor analisado é fomentador da economia, responsável por oferecer serviços financeiros, destacando-se os serviços de financiamento às empresas, variável chave para o crescimento econômico e dinamização da economia. Ademais, como financiadores dos maiores agentes que causam impacto ambiental, os bancos podem exercer um papel social de extrema relevância por meio do direcionamento de seu capital para projetos e atividades que contribuam para o desenvolvimento sustentável.

Observa-se, portanto, que o segmento bancário possui uma visão comum relacionada com a importância dos aspectos ESG para o processo de tomada de decisão no contexto atual. Tal fato pode justificar, ainda, um posicionamento semelhante quando o assunto é necessidade de padronização das informações que devem constar nos relatórios de sustentabilidade.

É importante destacar que o presente estudo apresenta limitações relacionadas com o caráter interpretativo dos posicionamentos conduzidos nas cartas-comentários analisadas. Para pesquisas futuras, sugere-se a análise das cartas-comentários considerando um novo segmento da economia com igual importância para o processo normativo de relatórios organizacionais. Também se torna relevante analisar a posição do próprio setor bancário em relação às primeiras normas geradas pelo SSB criado pela IFRS Foundation, após a realização da consulta pública aqui analisada.

REFERÊNCIAS

ADAMS, C. A.; ALHAMOOD, A.; HE, X., TIAN, J.; WANG, L.; WANG, Y. **The Double-Materiality Concept**: Application and Issues [Projektrapport]. Global Reporting Initiative. 2021.

ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

ALMEIDA, T. A.; SILVA, J. D.; OLIVEIRA, M. C. Responsabilidade social corporativa e a influência de aspectos do ambiente institucional: uma análise no setor bancário brasileiro. **Revista Universo Contábil**, v. 11, n. 4, p. 44-62, 2016.

BACEN – Banco Central do Brasil. **Resolução 4.943**, de 15 de setembro de 2021. Dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, a estrutura de gerenciamento de capital e a política de divulgação de informações. 2021a Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CMN&numero=4943>>. Acesso em 09 nov. 2023.

BACEN – Banco Central do Brasil. **Resolução 4.945**, de 15 de setembro de 2021. Dispõe sobre a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e sobre as ações com vistas à sua efetividade. 2021b. Disponível em:

<<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CMN&numero=4945>>. Acesso em 09 nov. 2023.

BANK OF FRANCE. **Comment Letter for IFRS Foundation Consultation Paper on Sustainability Reporting**. 2020. Disponível em: <<https://www.ifrs.org/projects/completed-projects/2021/sustainability-reporting/consultation-paper-and-comment-letters/#view-the-comment-letters>>. Acesso em 10 mar. 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOIRAL, O.; HERAS-SAIZARBITORIA, I.; BROTHERTON, M. Assessing and improving the quality of sustainability reports: The auditors perspective. **Journal of Business Ethics**, v. 155, p. 703-721, 2019.

BRAGA, C. O. S. **Protocolo verde**: as instituições financeiras e a promoção da sustentabilidade ambiental no Brasil. 164f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste), Programa de Pós-graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

BRUNDTLAND, G. H. **Our Common Future**: Report of the World Commission on Environment and Development. Geneva, UN-Dokument A/42/427, 1987. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/ocf-ov.htm>>. Acesso em 08 mar. 2024.

CARMO, C.; MIGUÉIS, M. Divulgações voluntárias de sustentabilidade em empresas não listadas: Um estudo exploratório sobre motivos e práticas. **Sustentabilidade**, v. 14, n. 12, pág. 7365, 2022.

CVM – Comissão de Valores Mobiliários. **Resolução 193**, de 20 de outubro de 2023. Dispõe sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão internacional emitido pelo International Sustainability Standards Boards – ISSB. Disponível em:

<<https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/resolucoes/resol193.html>>. Acesso em 01 dez. 2023.

FÉDÉRATION BANCAIRE FRANCAISE. **Comment Letter for IFRS Foundation Consultation Paper on Sustainability Reporting**. 2020. Disponível em: <<https://www.ifrs.org/projects/completed-projects/2021/sustainability-reporting/consultation-paper-and-comment-letters/#view-the-comment-letters>>. Acesso em 10 mar. 2024.

FERREIRA, T. S. V. Relatórios integrados: evidências internacionais da geração de valor para os acionistas. 129f. Tese (Doutorado em Administração, Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil, 2019.

GUIMARÃES, G. L. E. **Gerenciamento de risco socioambiental nas instituições financeiras bancárias no Brasil**. 128f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2015.

GRI – GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **GRI Standards**: The World's Leading Sustainability Reporting Standards. 2023. Disponível em:

<<https://www.globalreporting.org/standards/>>. Acesso em 10 abr. 2023.

IFRS Foundation. **Consultation paper on sustainability reporting**. 2020. Disponível em: <<https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/project/sustainability-reporting/consultation-paper-on-sustainability-reporting.pdf>>. Acesso em 08 de mar. 2023.

ISSB - INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS. Consultation paper and comment letters. Disponível em <<https://www.ifrs.org/projects/completed-projects/2021/sustainability-reporting/consultation-paper-and-comment-letters/>>. Acesso em 02 fev. 2022.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1987.

LIMA, G. A. S. F. **Utilização da teoria da divulgação para avaliação da relação do nível de disclosure com o custo da dívida das empresas brasileiras**. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

NOSSA, V. **Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional**. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade), Departamento de Contabilidade e Atuária, Universidade de São Paulo, 2002.

OLIVEIRA, C. E.; OLIVEIRA, E. M. T. Panorama da Evidenciação das Ações de Sustentabilidade Praticadas Pelas Empresas do Setor de Energia Elétrica Listadas na B3. **RAGC**, v. 8, n. 32, 2020.

PALAVECINI, A. C.; MIECOANSKI, F. R. Rentabilidade e sustentabilidade empresarial dos bancos que negociam ações na BM&FBovespa. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 7, n. 3, p. 76-85, 2017.

SOARES, R. A.; PINHEIRO, A. B.; ABREU, M. C. S.; MARINO, P. B. L. P. Efeito do sistema financeiro na evidenciação socioambiental de empresas em países emergentes e desenvolvidos. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 37, n. 2, p. 21-35, 2022.

STALLINGS, B. **Finance for development: Latin America in comparative perspective**. Rowman & Littlefield, 2006.

TÓTH, Á.; SUTA, A.; SZAUTER, F. Interrelation between the climate-related sustainability and the financial reporting disclosures of the European automotive industry. **Clean Technologies and Environmental Policy**, v. 24, n. 1, p. 437-445, 2021.

TROCZ, P. J. O.; LORENZINI, L. P.; DAL VESCO, D. G.; WALTER, S. A. Prática de responsabilidade corporativa sustentável: legitimidade a partir da evidenciação e do disclosure voluntário em instituições financeiras de acordo com o relato integrado segundo o IIRC. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, v. 14, n. 1, 2022.

THE BANKING ASSOCIATION SOUTH AFRICA. **Comment Letter for IFRS Foundation Consultation Paper on Sustainability Reporting**. 2020. Disponível em: <<https://www.ifrs.org/projects/completed-projects/2021/sustainability-reporting/consultation-paper-and-comment-letters/#view-the-comment-letters>>. Acesso em 10 mar. 2024.

VERRECCHIA, R. E. Essays on disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, v. 32, n. 1-3, p. 97-180, 2001.

YAMAMOTO, M. M.; SALOTTI, B. M. **Informação contábil: estudos sobre a sua divulgação no mercado de capitais**. São Paulo: Atlas, 2006.

WORLD BANK GROUP. **Comment Letter for IFRS Foundation Consultation Paper on Sustainability Reporting**. 2020. Disponível em: <<https://www.ifrs.org/projects/completed-projects/2021/sustainability-reporting/consultation-paper-and-comment-letters/#view-the-comment-letters>>. Acesso em 10 mar. 2024.

YAN, H.; MA, T. A group decision-making approach to uncertain quality function deployment based on fuzzy preference relation and fuzzy majority. **European Journal of Operational Research**, v. 241, n. 3, p. 815-829, 2015.